

Guia Prático: Contratos por Inexigibilidade na Lei 13.303/2016

Olá, analistas!

Sejam bem-vindos a este guia prático sobre **contratações por inexigibilidade**, conforme a Lei 13.303/2016 — também conhecida como Lei das Estatais. Aqui, vamos direto ao ponto para que vocês entendam como funcionam essas regras. Bora lá?

O que é inexigibilidade?

A inexigibilidade de licitação é usada quando **não dá para fazer uma licitação**. Ou seja, é impossível haver competição porque só existe um fornecedor ou um prestador de serviço que atenda à necessidade.

Um exemplo clássico? Quando você precisa contratar um artista específico para um evento ou comprar algo de um fornecedor exclusivo.

A base legal está no **artigo 30 da Lei 13.303/2016**, que regula os casos onde a licitação é inviável.

Quando a inexigibilidade pode ser usada?

A lei lista situações específicas, mas os casos mais comuns são:

1. **Exclusividade:** Só tem um fornecedor ou representante comercial exclusivo no mercado.
 - Exemplo: Comprar um software cujo fabricante não autoriza outros revendedores.
 2. **Contratação de profissionais ou empresas com notória especialização:** Quando o trabalho exige um profissional ou empresa com conhecimento técnico ou artístico reconhecido.
 - Exemplo: Contratar um arquiteto renomado para criar um projeto ícone da cidade.
 3. **Serviços técnicos especializados:** Como consultorias, treinamentos ou estudos técnicos.
 - Exemplo: Realizar um estudo de impacto ambiental feito por uma empresa experiente e reconhecida na área.
-

Regras de ouro

Mesmo sendo por inexigibilidade, não é “faz o que quiser”. Existem algumas regrinhas importantes que precisam ser seguidas:

1. **Justificativa formal:** Você deve justificar por escrito por que não é possível fazer a licitação.
2. **Prova de exclusividade:** No caso de fornecedores exclusivos, é obrigatório apresentar um documento comprobatório.
3. **Avaliação técnica:** Nos casos de notória especialização, o prestador precisa provar sua capacidade técnica.
4. **Publicidade e transparência:** O contrato firmado deve ser publicado para garantir a transparência.

Dicas finais

- **Atenção à documentação!:** Organize bem os documentos que comprovam a inexigibilidade. Eles serão fundamentais caso haja questionamentos.
- **Converse com a equipe jurídica!:** Para garantir que tudo está alinhado com a lei, tenha sempre um jurídico por perto.
- **Seja transparente!:** Mesmo sem licitação, os princípios da administração pública (como moralidade e eficiência) continuam valendo.

Agora você já tem um panorama rápido e direto sobre como funcionam os contratos por inexigibilidade. Coloque esse conhecimento em prática e, qualquer dúvida, não hesite em perguntar!

Boa sorte! 🚀